

A propósito da produção do território. Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica

Tiago Castro Lemos¹

Universidade do Porto e École des Hautes Études en Sciences Sociales

Resumo:

A partir de uma reflexão em torno de alguns dados que esboçam as *condições sociais de produção* da disciplina sociologia urbana, procura-se ilustrar como é que esta área de conhecimento se associa à construção e generalização de (di)visões – políticas e científicas – sobre o território. De um lado encontramos o *campo das ciências sociais* onde várias disciplinas combatem pela determinação e autonomização de um ponto de vista científico sobre o território urbano. De outro lado encontramos uma rede de cumplicidades entre o *campo do poder político* e o *campo das ciências sociais* representado pela sociologia, onde o primeiro procura impor uma verdadeira (di)visão social sobre o território e o segundo sedimenta a sua prática enquanto procedimento disciplinar legítimo. Em ambos os *campos* encontramos uma busca pela imposição de uma verdade (científica e política) sobre o território, a partir da qual se dissimula a arbitrariedade das fronteiras que o limitam enquanto elemento de interesse político e científico.

Palavras-chave: Sociologia urbana; Território; Campo científico; Campo político.

“Não se encontra o espaço, é sempre necessário construí-lo.”
Gaston Bachelard (1966)

É indispensável na prática sociológica – assim como o será na prática científica em geral – submeter os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados à análise crítica que, situando-os na sua esfera de produção, nos permite a identificação das ‘manifestações’ especificamente ideológicas que estão na sua origem e que escapam à visibilidade de uma *praxis* científica assente na rotina. Se conferirmos à ciência – em particular às ciências sociais – o seu carácter de prática social (Bourdieu, 2004) – o

¹ Doutorando em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) (Porto, Portugal) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) (Paris, França). Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). E-mail: tlemos@hotmail.com

que implica reconhecer desde logo um conjunto de relações sociais – torna-se mais claro o conjunto de determinações sociais à qual a ciência se expõe e sob as quais se constrói e se institui.

A ‘Sociologia Urbana’ – o uso desta terminologia implica ter em conta todo o reducionismo temático que ela pode trazer –, considerada como uma ramificação disciplinar da sociologia, permite-nos refletir, ainda de forma não casuística, pelas particularidades da sua génese e desenvolvimento, sobre o conjunto de *lutas* – científicas, académicas, políticas, mediáticas – nas quais a ciência se encontra envolvida e sob as quais sedimenta a sua estrutura. Nesta pequena aproximação ao universo de produção científica (um *campo*, no sentido Bourdieusiano) encontramos que as lutas estão na origem – e por isto o seu produto na composição – da própria ciência. A *luta*, batalha ideológica pela imposição de uma ideologia, – mecanismo que permite tanto catalisar como inerciar os fenómenos sociais – acontece, neste caso, pela determinação daquilo que é o território e como ele *deve* ser interpretado, quer dizer, daquilo que ele *é* de acordo com a imposição de um *ponto de vista* legítimo.

A sociologia cedo começou a debruçar-se por questões associadas ao território, não propriamente *per se*, mas pela espacialização de determinados fenómenos sociais que, em determinado momento, foram convertidos em assuntos de interesse científico. Com isto, a importância dada ao urbano trouxe consigo a necessidade (ou consequência) de delimitar um conjunto de fenómenos particularmente urbanos, cedendo-se, inclusivamente, um certo particularismo ao *modo de vida urbano*², colocando-se, ao mesmo tempo, a cidade como um protagonista central – geográfico, histórico, cultural, demográfico, económico – nos estudos da Sociologia Urbana.

Não se pode reduzir a história e a estrutura de uma disciplina a algumas páginas e, salvasse-se, que a seleção bibliográfica se reflete na composição daquilo que é escrito, podendo levar a pensar que se esboçou um *ponto de vista* ‘insuficientemente fundamentado’³. Mas pensamos, com todas as salvaguardas, que é possível debater, através do breve percurso bibliográfico traçado, a certa relação que se parece estabelecer entre ‘ganhos ideológicos’ e ‘perdas científicas’ – visão que não tem o intuito de fazer uma economia axiológica da ciência – o que, em última observação, leva a questionar as consequências da divisão científica⁴ que se afirma, neste caso, sob o jargão da necessidade da especialização científica num mundo cada vez mais complexo e urbanizado.

² Cf. por exemplo com os textos clássicos de G. Simmel (2004) ou L. Wirth (2004); ou tomar em consideração o texto publicado em 1968 pelo Institut de Sociologie urbaine de Paris onde se esboçam “algumas preposições de pesquisa, que constituirão um programa de trabalho para o Instituto de Sociologia urbana” (Institut de Sociologie Urbaine – Paris, 1968:152). Mais recentemente podemos ter contacto com uma série de monografias especializadas em questões urbanas e/ou cidadinas e periódicos (‘Urban Studies’; ‘Espaces et Sociétés’; ‘International Journal of Urban and Regional Research’) que colocam quer a cidade quer o meio urbano como esferas em torno das quais se produzem uma série de estudos que contribuem para reconhecer e fazer aparecer o carácter idiosincrático de cada uma destas *realidades*.

³ É necessário ter em consideração que a escolha dos autores abordados (que é sempre condicionada pelo espaço disponível de escrita, pelo conhecimento adquirido, pelos autores reconhecidos, etc.) corresponde sempre à construção de uma visão historiográfica possível de uma disciplina (e, na verdade, ao mesmo tempo a *construção dessa disciplina*), facto que se repercute numa análise do tipo da que aqui é proposta. Sob a consciência da impossibilidade de se construir uma visão linear e unificadora da história da produção teórica dum universo disciplinar, prefere-se levar a cabo um discurso com a configuração de esboço analítico e levantamento de questões deixando assim em aberto a possibilidade de introduzir na análise novos dados.

⁴ É importante, assim, pensar e questionar, neste caso, se a formação de uma sub-disciplina não obriga a reconverter questões gerais em questões particulares, quer dizer, *questões de estrutura* em *questões de lugar*?

Em primeiro lugar, teremos em atenção a luta que decorre no *campo das ciências sociais* (cf. Bourdieu, 1976), bem como, com mais especificidade, dentro do *campo de produção de conhecimento sociológico*, pela imposição do ponto de vista legítimo sobre o território urbano e, também, sobre a cidade. A Sociologia, sob a *label* de ‘Sociologia Urbana’ (Topalov, 2008b), procura institucionalizar-se através da construção de um quadro mais ou menos estável de métodos, técnicas e conceitos que lhe permita surgir como disciplina especializada. Idêntico processo, a nível formal, terão disciplinas como a História Urbana, a Geografia Urbana, a Antropologia Urbana ou a Economia Urbana. A autonomização destas disciplinas representa, de um ponto de vista epistemológico, um conjunto de diferentes *approachs* ao território: “como é que um conjunto de (di)visões científicas sobre o território, objetivadas em divisões disciplinares, pode contribuir para a produção de uma visão científica ‘espartilhada’ do território?”. Esta é a questão central que colocamos.

Se a história da ‘Sociologia Urbana’ mostra que o seu processo de afirmação e autonomização como disciplina, em certos momentos, está relacionado com a sua associação a políticas reformistas (Amiot, 1986; Valladares, 2005; Tissot, 2005), também é verdade que os corpos políticos e administrativos, em determinados momentos, ‘legitimaram’ a sua ação – veja-se, por exemplo, a tentativa de construção, em França, de um “urbanismo científico” (Amiot, 1986) – através do conhecimento científico a sua aproximação tornando-a politicamente mais eficaz. Interessa-nos, neste segundo ponto, esboçar um quadro com algumas das consequências sociais e sociológicas da relação que política e ciência estabeleceram, deixando-se em aberto um conjunto de questões que permitirão repensar algumas dimensões epistemológicas da prática sociológica.

1. Do território ao desenvolvimento de um ponto de vista disciplinar: a ‘Sociologia Urbana’

Pelo facto de ser uma “parada de competição entre os diferentes agentes (...) pela posse do solo; parada pela apropriação simbólica de controlo de vizinhança e de acesso ao espaço público; parada, também, de dominações políticas fundadas sobre competências territoriais” (Grafinmeyer, 1994: 26), o território é um alvo, por excelência, de interesse analítico por parte das Ciências Sociais. Os sociólogos – largamente associados ao campo disciplinar da sociologia urbana – versados nos espaços urbanizados, em particular nas cidades, mobilizam e constroem um conjunto de conceitos/instrumentos de pesquisa que permitem-lhes melhor aceder ao conhecimento sobre os fenómenos que aí encontram palco.

Apesar da extensa dimensão do *espaço físico*⁵, foi a partir dos espaços urbanizados, particularmente a cidade, pela variedade e originalidade dos fenómenos sociais que aqui

⁵ Para se evitarem confusões conceptuais entre *espaço físico* e qualquer outro conceito que remeta para um espaço ‘material’ e facilmente ‘objectivável’, definimos o primeiro a partir da conceção Bourdieusiana que coloca em dialética *espaço físico/espaço social*. Para Pierre Bourdieu “o *lugar* pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* [negrito meu] onde uma coisa ou um agente se encontra situada, “num lugar”, existe. Quer dizer seja como *localização*, seja, dum ponto de vista relacional, como *posição*, relativamente a uma ordem”; com isto, o *espaço físico* é um espaço material de possíveis *lugares* de posição, onde o *espaço social* (espaço de ‘posições’, ‘disposições’ e prováveis ‘tomadas de posição’ sociais) se objetiva: “o espaço social reificado (quer dizer fisicamente realizado ou objetivado) apresenta-se, assim, como distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e de serviços e, também, de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (...) e dotados de oportunidades de apropriação destes bens e destes serviços mais ou menos importantes.” (Bourdieu, 1993:250-252).

têm e tiveram lugar, que a Sociologia produziu parte considerável do seu conhecimento sobre o território⁶. São já muitos os autores que versam e versaram a sua análise nos fenómenos que tomam lugar em contexto urbanizado: partindo dos ‘clássicos’, na Alemanha, Max Weber (1966), em *The City (Die Stadt [1921])*, explora o surgimento de uma estrutura autónoma política e administrativa que controla a cidade enquanto território e, a par desta questão, a emergência de uma burguesia urbana. Partilhando a linha teórica de Karl Marx, que entende a cidade como produto de uma exploração capitalista fundada na dicotomização entre a cidade e o campo, Friedrich Engels (2010), em Inglaterra, em *The Condition of the Working-Class in England in 1884 [1887]*, e tendo como pano de fundo cidades como Manchester ou Liverpool no período da Revolução Industrial, estuda a forma como as lógicas de produção capitalistas contribuem para a falta de condições de vida e habitabilidade do proletariado industrial. Émile Durkheim, sem ter estudos nem escritos que se dediquem especificamente à cidade ou à questão do urbano, esboça as primeiras linhas para compreender o território como um espaço de cristalização das relações sociais (Durkheim, 1960); ponto de partida para Maurice Halbwachs (1909) estudar a ‘morfologia social’, em *Les expropriations et les prix des terrains à Paris (1860-1900) [1908]*, mostrando que o mercado fundiário é reflexo das representações coletivas do espaço. Estes são alguns dos autores que, muito cedo, trouxeram à Sociologia os primeiros contributos para o desenvolvimento de um vasto trabalho no estudo daquilo que hoje se institucionalizou terminologicamente como ‘espaço urbano’.

É nas três primeiras décadas do século XX, e depois até aos anos 60, que a denominada Escola de Chicago (EC) produziu, assente nos princípios biologists da Ecologia Humana (por exemplo Park, Burgess e McKenzie, 1984), os primeiros grandes estudos sobre a cidade. Robert Park (2004 [1929]) considerando-a, por excelência, ‘como laboratório social’ e Louis Wirth (2004 [1938]) conceptualizando o ‘urbanismo como modo de vida’, os vários autores que se enquadram na ‘tradição’ da EC dedicam-se, numa performance quase sempre associada ao trabalho social, ao estudo de fenómenos como: o crescimento urbano; a assimilação cultural; a desorganização social; a delinquência juvenil; e as relações entre raça e cultura (Chapoulie, 2001). Foi com o advento das duas Guerras Mundiais, e sob a necessidade de repensar o desenvolvimento urbano, que, entre os anos 50 e 60 do século XX, surgiram os *Urban Studies*, que, recorrendo à estatística e à economia, levam a cabo estudos comparados sobre o crescimento de diferentes espaços urbanizados. Também em meados do século XX, na Europa, começaram a emergir um conjunto de estudos urbanos, sobretudo financiados por entidades de planificação urbana: em França, pela mão de P.-H. Chombart de Lauwe e, mais tarde, por R. Ledrut, e, em Inglaterra, inicialmente pela mão Ruth Glass e pelos *Institute of Community Studies* e o *Centre for Environmental Studies* (Topalov, 2005).

Mais tarde, nos anos 70, um conjunto de autores (cf. Castells, 1972; Castells *et al.* 1974; Castells e Godard, 1974), inscritos na corrente de pensamento Marxista⁷,

⁶ Partindo da noção em torno da construção da ideia de ‘região’ debatida por Pierre Bourdieu, considera-se o território como um recorte sobre o espaço físico – no sentido lato –, justificado sob um conjunto de fronteiras (*finés*) arbitrariamente delimitadas por uma qualquer entidade com *poder* de dividir. (Bourdieu, 1989).

⁷ Esta corrente é particularmente significativa em França. (Cf. Amiot, 1986, sobretudo capítulos VI e VII).

colocaram no centro da sua análise as dinâmicas do sistema capitalista em contexto urbano, tomando a cidade (capitalista) como expressão das contradições desse mesmo sistema. Em resposta a esta problemática emergiu uma “teoria global da cidade no campo de estudos urbanos” (Fijalkow, 2007: 18), ancorada numa sociologia da planificação urbana, produtora de um discurso com o objetivo de resolver os problemas urbanos consequentes do capitalismo.

Posteriormente ao auge teórico desta corrente, surgiram, quer na Europa, quer nos EUA, um enorme volume de trabalhos sobre os espaços urbanizados na área da Sociologia. Sobretudo nas últimas décadas, encontram-se obras que giram em torno de vários eixos de análise, como: o largamente debatido problema da marginalidade/exclusão e estigmatização urbanas (Wacquant, 2006; Beaud e Pialoux, 2003; Kokoreff, 2000; Masclet, 2003; Bourgois, 2001; Venkatesh, 2000), estudado, sobretudo, em cidades da Europa, dos EUA e da América do Sul; a renovação, reabilitação, enobrecimento, nobilitação, ‘emburguesamento’ [*embourgeoisement*] urbano de espaços degradados pelas classes médias, fenómenos correntemente associados ao anglicismo *gentrification* (Smith, 1996; Atkinson e Bridge, 2005; Bidou-Zachariassen *et al.*, 2003; Slater, 2006); o efeito do fenómeno *globalização* na cidade e nos processos de urbanização (Sassen, 1996; Harvey, 2006) – fenómenos que levam a repensar os limites territoriais, porque *movem* os próprios limites daquilo é tido como espaço urbano, particularmente a cidade.⁸

2. Fronteiras científicas, fronteiras territoriais?

A reunião de 1925 da American Sociological Society, onde participaram figuras cimeiras da EC como Robert Park ou Ernest Burgess, pode ser considerada, tal como o faz Topalov, como marca do princípio da institucionalização da Sociologia Urbana como uma ‘etiqueta científica.’ (Topalov, 2008b) É a partir deste momento, de forma mais ou menos instável, que a SU se vai sedimentando como disciplina, e se vai construindo um *campo científico* que “produz e supõe uma forma específica de interesse” (Bourdieu, 1976: 89). Isto implicou uma processual (re)construção e estabilização de métodos, técnicas, conceitos, bem como a reprodução e o reconhecimento de “um conjunto de realidades institucionais”⁹ (Fabiani, 2006: 23) válidas.

Como cerne da especificidade de uma disciplina estão, é claro, os eixos sobre os quais a pesquisa se deve orientar. Por exemplo, para Yves Grafmeyer a SU estrutura-se em três eixos temáticos, a saber, “a distribuição e movimento da população no espaço; as práticas e atitudes dos indivíduos que vivem em meio urbano; as ações públicas ou privadas que estão ligadas à organização da cidade, no seu funcionamento e nas suas transformações” (Grafmeyer, 2006: 21). Yankel Fijalkow, por sua vez, enumera igualmente três tipos possíveis de aproximação em relação ao espaço urbano: a “problemática morfológica”, que se refere à “explicação das formas espaciais visíveis”; a “proximidade espacial e a interação entre os indivíduos”; e a “decisão política relativa à gestão do

⁸ Para uma perspetiva mais alargada e consolidada em relação à evolução teórica em torno da Sociologia Urbana consultar Alan Warde e Mike Savage (1993), em particular o capítulo II ‘Os fundamentos da sociologia Urbana’ (pp. 7-33).

⁹ Serão exemplos dessas realidades institucionais : manuais académicos; departamentos universitários; centros de investigação; grupos de trabalho especializados; conferências, colóquios e congressos temáticos; etc.

espaço urbano” (Fijalkow, 2007: 94). Já Patrick La Galès reconhece que “o papel da sociologia urbana deve ser o de distinguir diferentes tipos de cidade; na verdade a grande quantidade de trabalhos que estão a emergir tentam fazer uma distinção entre cidades de diferentes partes do mundo e ver a cidade a partir de diferentes perspetivas teóricas e empíricas” (Perry e Harding, 2002: 849) Se alguns dos eixos de análise são partilhados entre os autores, os que diferem estão na origem da luta pela imposição da *visão sobre o que estudar no/do território*, que tem como consequência a diferenciação e a especificidade do enfoque dado ao fenómeno urbano pelos diferentes lugares da hierarquia da sociologia urbana, enquanto disciplina posicionada no *campo das ciências sociais*.

Seriam inúmeras as perspetivas analíticas que aqui poderíamos apresentar para dar conta da heterogeneidade de pontos de vista intradisciplinares na SU; contudo, esta luta científica em torno de uma visão sobre os fenómenos territorializados ultrapassa as fronteiras da disciplina, alargando-se pelo *campo das ciências sociais* interessadas em questões urbanas.

A autonomização de uma disciplina, reforça-se, implica, entre outros fatores, a existência de um *corpus* teórico particular, em que parte estruturante deste é o conjunto de conceitos que são herdados da história de uma disciplina; construídos no movimento teoria-empíria; importados de outras disciplinas; apropriados da linguagem ordinária, etc. Seja qual for a origem dos conceitos, eles fundam-se por referência à estrutura epistemológica – quer dizer, por referência aos referentes epistemológicos da ortodoxia/heterodoxia do campo – vigente num determinado momento da história disciplinar. É a especificidade desta referência epistemológica que permite a institucionalização da disciplina, quer dizer, a estabilização de fronteiras: trabalho ideológico que implica a determinação de modos específicos de compreensão de objetos previamente delimitados (Fabiani, 2006). Igualmente como se passou com a SU, um conjunto de disciplinas que se interessam pela cidade e pelo urbano foram emergindo e autonomizando-se (sob diferentes contextos espaço-temporais, é claro): a antropologia urbana, a geografia urbana, a economia urbana, a história urbana, a demografia urbana. Cada uma destas áreas científicas ‘reivindica’ para si um *modus operandi* particular. Um curtíssimo, e por isso não acabado, percurso pela produção teórica de algumas destas disciplinas permite-nos dar conta de discursos alusivos à especificidade, à autonomia, à diferenciação, quer dizer à “aquisição de autoridade científica” (Bourdieu, 1976: 90) sobre um ponto de vista da cidade ou do urbano.

No que se refere ao caso da antropologia urbana, Graça Cordeiro escreve que é necessário reconhecer a “vocação urbana na antropologia” e ter em consideração que esta área científica possui modelos teóricos que fazem “parte da memória e do património da antropologia urbana.” (Cordeiro, 2003: 5). A disciplina tem, portanto, *condições* históricas e teóricas para se afirmar enquanto *tal*, o que permite a reivindicação de um modelo teórico-metodológico, que no caso da antropologia urbana se relaciona, exemplificando, com a produção de um conhecimento sobre o urbano e as cidades que seja produto da aplicação de instrumentos de pesquisa (etnografia, por exemplo e por excelência) direcionados para apreensão das dimensões passíveis de recolha próxima dos sujeitos (cf. Agier, 1996). Michel Agier defende, por exemplo, que “uma boa maneira

de termos a possibilidade de falar da cidade consiste em nos situarmos o mais próximo possível das práticas microscópicas, singulares e plurais dos cidadãos” (Agiar, 1996: 16); na mesma linha metodológica, Gilberto Velho vem-nos lembrar que “uma das áreas de pesquisa mais importantes no desenvolvimento da antropologia urbana tem sido o estudo de bairros, áreas de cidade, localidades, ruas, espaços em geral, em que forças de relacionamento, organização e sociabilidades são exercidas” (Velho, 2009: 14). O interesse pelas dimensões de análise referentes às práticas sociais, é um dos pontos charneira que permite à antropologia diferenciar a sua visão sobre o território, particularmente em relação à sociologia. Depaule, a este propósito, afirma que “a autodesignação como antropólogo justifica-se, portanto, pelo projeto de se ligar ao *qualitativo*, quer dizer, ao ‘sensível’, de levar a cabo análises qualitativas.”¹⁰ (Depaule, 1996: 138).

Um outro exemplo. Ilustrando a questão através do caso Francês, só tardiamente, em meados do século XX, é que a cidade e o fenómeno urbano se tornaram alvo de interesse por parte da geografia começando, assim, a sistematizar a sua teoria, por exemplo, em torno de “espécies de espaços urbanos”. À semelhança da sociologia e da antropologia, a geografia urbana constrói e delimita o seu enfoque específico em relação à cidade, partindo do princípio que esta representa “um dispositivo espacial que configura as substâncias sociais, esta configuração constitui, por sua vez, um estado que nós podemos analisar e um processo sobre o qual importa compreender a sua arqueologia” (Lussault, 2000: 31). Encontramos nesta disciplina uma visão teórico-metodológica que se prende, sobretudo, com a compreensão da ‘sociedade urbana’ através do estudo da organização dos espaços, levado a cabo com base, por exemplo, em tipos-ideais como os *géotypes* (cf. Lévy, 1994).

Poderíamos, aqui, fazer uma resenha muito mais alargada das disciplinas das ciências sociais que tomam como eixos de análise problemáticas relacionadas com o urbano e com a cidade, como a história urbana (Baudoui *et al.*, 1990; Thernstrom, 1969; Dyos, 1973; Lepetit e Pumain, 1999) a demografia urbana (Le Bras, 2000), a economia urbana (Dazevies, 2000); porém, o que neste contexto importa reter é a dimensão que estrutura, transversalmente, todas estas áreas científicas: é em torno da cidade e da ‘realidade urbana’ que todas estas disciplinas espacializam a sua análise, posicionando-se, ao mesmo tempo, e muito especificamente, no *campo das ciências sociais* interessadas em questões associadas ao território urbano

Se é o interesse pelo ‘urbano’ que nos permite agregar analiticamente tais disciplinas num mesmo grupo – das ciências sociais que se debruçam sobre as problemáticas urbanas –, são, também, estas duas ‘dimensões’ que lhes permitem instituir-se enquanto parte de um *campo* autónomo de produção científica. Se a autonomização de cada uma destas disciplinas é conseguida através da especialização/diferenciação de um *ponto de vista* sobre o urbano – que se pode operar a nível metodológico, teórico, conceptual – são também as características que fundam os próprios conceitos de ‘urbano’, bem como o de ‘cidade’, que permitem que essa especialização/diferenciação disciplinar ocorra de forma eficaz.

¹⁰ É necessário deixar claro que não se pode reduzir o projeto metodológico da antropologia urbana a estas questões; porém pela sua recorrência na bibliografia consultada foi tomada como exemplo.

É a difícil determinação – e quando realizada, é provisória e situada - dos limites físicos e fenomenológicos da cidade e do urbano (cf. Guerra, 2003) que *autoriza* que cada uma dessas disciplinas construa, por exemplo, a *sua* cidade: ‘a cidade dos sociólogos’ (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2000; Grafmeyer, 2006); ‘a cidade dos historiadores’ (Pinol, 2000); ‘a cidade dos antropólogos’ (La Pradelle, 2000). É exatamente pela *hiperplasticidade* fenomenológica e morfológica que o espaço físico oferece que a “definição de cidade como objeto de estudo resiste a uma atribuição disciplinar simples, porque ela repousa sobre uma ambiguidade fundamental e os seus *approachs* oscilam entre a escolha de um recorte geográfico aparentemente circunscrito e a análise aprofundada de um objeto de estudo.” (Van Damme, 2005: 14). Se a cada disciplina corresponde um ponto de vista aprofundado sobre a cidade – um ‘recorte geográfico’ e um ‘objeto de estudo’ específico, o móbil da luta científica –, ao invés, e por consequência, nenhuma delas é capaz de abarcar a multidimensionalidade do fenómeno em estudo. Compreendendo os limites analíticos que cada uma das disciplinas tem perante a cidade e o urbano, a maioria dos cientistas sociais parte para uma tomada de posição baseada na interdisciplinaridade de forma a tornar a *sua* visão sobre o *seu* objeto de estudo mais robusta e mais acabada (cf. Perry e Harding, 2002). Se se partir da lógica de que nenhuma área científica consegue lidar com a multidimensionalidade do ‘fenómeno urbano’ – que é o mesmo que compreender os limites analíticos de cada área científica –, exatamente porque a história epistemológica de cada disciplina foi institucionalizando um *corpus* de pesquisa vocacionado para certas dimensões que, como escreve Godard, a “injunção interdisciplinar marca a investigação sobre a cidade na medida em que a interdisciplinaridade se tornou no estandarte da epistemologia urbana.” (Godard, 2000: 369).

Se uma parte dos investigadores opta pelo cruzamento de metodologias, teorias e conceitos de outras áreas científicas, não deixa, à partida, de produzir conhecimento científico *por e para* referência ao *campo científico específico* no qual está inserido, quer dizer, mobiliza na sua prática um conjunto de ‘recursos científicos’, sejam os que se encontram em ‘estado incorporado’ ou em ‘estado objetivado’¹¹ (Bourdieu, 1976). A estabilidade e a reprodução das lógicas do *campo* são assim asseguradas, mantendo-se, de forma mais ou menos estável, os *pontos de vista* instituídos por cada uma das disciplinas.¹² Isto implica pensarmos que, apesar das trocas de informação entre áreas científicas, cada uma delas produz um programa de pesquisa específico – e dentro da própria disciplina um conjunto de *pontos de vista*, pelo menos no caso da sociologia urbana – (métodos, técnicas e conceitos), do qual derivam diferentes categorias de perceção, que, dadas as diferentes origens, de uma ou de outra forma, estarão na base de uma possível sobreposição de lógicas classificatórias sobre o território.

O facto de a cidade ser “o que nós decidimos fazer em função de um objetivo analítico” (Reissman, 1994: 153) abre portas, por um lado para a indefinição dos seus limites quer físicos, quer conceptuais e, por outro lado, em larga medida apoiada nessa

¹¹ Neste artigo escreve que os recursos científicos em estado objetivado se referem ao conjunto “de instrumentos, de obras, de instituições, etc.” e os em estado incorporado apresentam-se “sobre a forma de habitus científico” (Bourdieu, 1974:6).

¹² Em certo sentido, e em certos casos, podemos pensar que a própria interdisciplinaridade é parte integrante dos recursos científicos da disciplina, não representando uma ameaça direta sobre os limites do ponto de vista que dada área científica institucionaliza?

indefinição, permite que mais facilmente se constituam um conjunto de disciplinas interessadas em mobilizar e a impor o seu conhecimento sobre a cidade, o que implica, por sua vez, o traçar de fronteiras disciplinares (objetivadas através de metodologias, teorias, mas também, de departamentos académicos, manuais especializados, etc.). Se estamos perante ‘realidades’ que têm subjacentes elevados níveis de indefinição e um conjunto de disciplinas que estabelece uma *luta*, mais ou menos evidente, pela definição dos limites dessas ‘realidades’, o conhecimento construído, em larga medida produto dessa *luta*, facilmente se torna disperso, quer dizer, responde a um sistema de referências científicas. As fronteiras disciplinares são representativas de um conjunto de *approachs* específicos sobre o espaço urbano, incluindo a cidade, o que, de um ponto de vista epistemológico, representam a delimitação de fronteiras analíticas, na medida em que, os cientistas sociais, por referência ao seu eixo disciplinar, reconvertem a delimitação de um eixo de análise numa visão fraturada/fraturante do território urbano.¹³

2.1. Um recorte sobre o urbano. A cidade como *ponto de vista*

Claro que se ocorre uma autonomização teórico-metodológica, é expectável que surjam um conjunto de visões e de divisões sobre um ‘objeto’ que aparentemente seja o mesmo: a *cidade*, por exemplo. Na verdade, o objeto, se assim é permitido chamar à cidade, é só aparentemente o mesmo: ele representa apenas a mesma palavra, o que permite que se fale *da* mesma coisa sem que se fale *sobre* a mesma coisa. As *ciências das ciências sociais* (cf. Topalov e Lepetit, 2001) são todas elas diferentes, exatamente porque cada uma das ciências constrói sobre o espaço físico um duplo recorte (físico e epistemológico) e, provavelmente por um efeito social de generalização semântica (cf. Depaule e Topalov, 1996; Topalov, 2002), apoiada em coincidências de várias ordens¹⁴, lhe dá o nome de *cidade*. Com isto, tomando em consideração uma instabilidade de definição, ‘como responder analiticamente à possível dispersão conceptual, que reduz a nossa compreensão sobre a *cidade*?’.

Se podemos colocar esta questão, não podemos responder-lhe de forma taxativa porque se existir um esclarecimento será, decerto, longo e complexo. Em todo o caso, sobre ela podem ser deixados dois apontamentos. No primeiro surge uma questão: ‘queremos mesmo compreender o que *é* a cidade?’. Se esta for a nossa opção, corremos o risco de reificar a *cidade* através da tentativa de encontrar um conjunto de regularidades (sejam físicas ou sociais) necessárias para circunscrever uma realidade.

Em segundo lugar, ‘será que o fenómeno da dispersão conceptual em torno do conceito de cidade, deverá ser o ponto de partida para a resolução das ambiguidades relativas a esta discussão, através da construção de um conceito transversal a todas as

¹³ Veja-se a seguinte afirmação como exemplo da institucionalização da divisão disciplinar quando se debate a metodologia a utilizar na pesquisa urbana: “os geógrafos utilizam as histórias de vida; os antropólogos estudam as práticas espaciais, os sociólogos privilegiam a multidimensionalidade, os economistas praticam a observação de micro-unidades sociais” (Marié, 1996:133).

¹⁴ Colocamos, aqui, a mesma questão/problemática levantada por Roncayolo: “Qual é agora a parte de continuidade – na realidade, nas representações ou na ideologia – que autoriza o uso das mesmas palavras, das mesmas noções, aplicando-se a formações históricas diferentes?” (Roncayolo, 2005:33).

disciplinas?'. Roncayolo parece-nos apresentar uma boa hipótese de resposta a esta questão: “a cidade, mais do que um conceito de análise, é sem dúvida uma categoria da prática social.” (Roncayolo, 2005: 33) Partindo daqui, o problema das fronteiras analíticas, originário na divisão disciplinar, poderá ser reduzido, na medida em que cidade passa a representar, também, uma categoria socialmente estruturada, o que obriga o investigador, seja qual for o eixo de análise que optar a ter em consideração, *a priori*, que o território sobre o qual se versa sobre é produto da mobilização social (classista, económica, política, administrativa) da categoria *cidade*, disseminada e institucionalizada em forma de linguagem ordinária, de mapas oficiais, de toponímias, etc.

Não se pretende, com este ponto de vista, abolir total e instantaneamente as fronteiras disciplinares ou determinar um conjunto de instrumentos de pesquisa universais vocacionados para o estudo de fenómenos urbanos. Cada disciplina estrutura a sua análise por referência às suas determinações analíticas, bem como utiliza os instrumentos de pesquisa que lhe são particulares; porém, a construção da problemática de investigação de cada uma das disciplinas poderia partir da lógica segundo a qual a cidade é, antes de tudo, uma categoria socialmente mobilizada e mobilizável, quer dizer, uma *categoria socializada* que permite os sujeitos agir *nela* e através da ideia que têm *dela*. Neste sentido, as lógicas classificatórias mobilizadas pelas disciplinas não encontrariam espaço para reificarem um determinado *recorte científico sobre o espaço*. A certa inércia científica que existe na compreensão dos fenómenos, talvez causada pela acumulação e reprodução dos dispersos conhecimentos disciplinares – porque estão sujeitos aos interesses do campo onde são produzidos – pode eventualmente ser atenuada na medida em que os conhecimentos partilhados ou a partilhar entre as diferentes ciências sociais, ainda que produto de diferentes pontos de vista, se fundam numa terminologia e num conjunto de interesses, progressivamente mais coincidentes.

Com isto, poderíamos ir mais longe e propor, mais do que uma interdisciplinaridade – que acaba por supor quase sempre a luta pela autonomia disciplinar – e mais que uma *cidade* – que se não for reconvertida em tipos-ideais (cf. Rémy e Voyé, 2004) é sempre a reificação mais ou menos profunda dum território – haveria sobre o *espaço físico*, enquanto espaço de posições determinadas relacionadamente, um conjunto de *pontos de vista* (histórico, económico, demográfico, geográfico) que se concertariam para entender os fenómenos sociais que aí ocorrem. É claro que tal facto implicaria a supressão de um conjunto de dicotomias e de divergências analíticas, as quais não encontram aqui espaço para discussão. Porém, longe de se ter a pretensão de, em escassas linhas, se resolver, através de uma análise teórica, as complexas lutas que se engendram no campo científico pela luta daquilo que é o território, não se pode deixar de aludir, partindo daquilo que foi dito, a uma prática onde não há a materialização da ideia de fenómenos *especificamente antropológicos, especificamente sociológicos, especificamente históricos, especificamente geográficos*.¹⁵ Partilhamos, assim, – ainda

¹⁵ Exatamente sobre a especificidade do campo de análise da sociologia urbana, Topalov escreve “Se ela [sociologia urbana] nos dá por objeto as cidades como sistemas espaciais, ela coloca-se sobre o terreno da geografia e da demografia. Se ela estuda somente os fenómenos sociais que tem como palco a cidade, ela não tem nada de distintivo num mundo massivamente urbanizado onde, assim, as fronteiras se esbatem entre aquilo que é urbano e aquilo que não é. Esta é sem dúvida a razão pela qual a consistência da sociologia urbana foi, ao longo de toda a sua história, largamente subordinada

que com consciência de que tal tarefa será complexa e difícil – com Marc Bloch a ideia da necessidade de uma abertura de canais de comunicação entre as diferentes áreas das ciências sociais, quando este autor propõe “uma reconciliação das nossas terminologias e dos nossos questionamentos”, que a partir de “uma boa vontade mútua, uma linguagem científica comum - no sentido elevado da palavra, em vez de uma coleção de signos e ordens de classificação – constituir-se-á progressivamente.” (Bloch, 1983: 40)

3. Sociologia, elites dominantes e produção do território

Se o que colocamos em discussão são as lutas sob as quais a sociologia tem construído a sua pesquisa sobre o território, é pertinente refletir em que medida estas mesmas pesquisas estão associadas às relações que política e ciência foram estabelecendo. Sendo impossível, aqui, apresentar e confrontar todos os momentos em que a sociologia e o poder político se conectaram, com o objetivo de construir um conjunto de instrumentos e um campo de ação específica *na e sobre a cidade* ou em outros territórios urbanizados, usaremos apenas uma breve ilustração que procura analisar como é que o conhecimento científico, em torno do espaço urbano, nomeadamente da cidade, representa um ponto de partida para mostrar como é que a ciência social também se constitui por uma adequação aos interesses em luta no campo de poder político.

É na convergência destes dois discursos (político e científico) que conseguimos compreender uma das formas de produção do território. Por um lado, para que a ação política sobre o território seja tácita é necessário que o espaço seja nomeado por categorias (Topalov, 2002) – em particular administrativas – que o permitam ser reconhecido enquanto tal. O discurso político sobre um espaço reificado (que não é mais do que a mobilização política de uma categoria arbitrária de perceção), ao circunscrever os limites desse espaço – reduzindo o arbitrário a um real com limites –, circunscreve, igualmente, um conjunto de qualidades que lhe são próprias (Philifert, 2006), impondo a sua visão sobre as divisões do mundo. Por outro lado, a sociologia urbana, disposta a cumprir a sua ‘função’ de compreender as dinâmicas sociais do/no espaço, constrói um conjunto de categorias que vão fundar, igualmente, o seu ponto de vista sobre o território. Mas ciência e política não são independentes¹⁶ – pelo menos quando nos referimos à produção de uma visão sobre o território na tentativa de cada um determinar o discurso *verdadeiro* sobre este. Ao longo da história não foram raras as situações em que o Estado, os corpos administrativos e as instituições de planificação urbana associaram ao seu poder *de criar território* o conhecimento oriundo do *campo* de produção de conhecimento científico como ponto de partida para as suas tomadas de decisão e de posição.

Se, por vezes, encontramos a prática científica unilateralmente dependente de decisões e patrocínios de instituições políticas e/ou administrativas, noutros momentos encontramos uma relação interessada entre política e ciência, em que a primeira põe

à forma de como os objetos lhe eram designados no registo da ação – quer dizer, em coerência com os múltiplos projetos que os atores formaram para gerar, melhorar, mudar a cidade.” (Topalov, 2008:10).

¹⁶ Como escreve Bourdieu, “na realidade histórica não há campo científico, por mais ‘puro’ que seja, que não comporte uma dimensão política, e não há campo político que não queira tomar um lugar no que se refere a questões de verdade” (Bourdieu, 2002:9).

em prática as suas reformas com base no discurso científico e a segunda aproveita as condições económicas e institucionais para alargar o seu horizonte de prática. A sociologia urbana foi, por excelência, uma área científica que se estabilizou e se institucionalizou por trás de um discurso – nem sempre concordando com ele – e de um conjunto de necessidades – nem sempre cientificamente reconhecidas político-administrativas (cf. Amiot, 1986; Chapoulie, 2001; Topalov, 2008).

Cabe-nos aqui, então, fazer uma breve ilustração de alguns casos, com o interesse maior de os mostrar enquanto exemplos de como a determinação dos *corpus* teórico-científicos sobre a *realidade urbana*, que estão profundamente associados a movimentos reformistas e de planificação urbana. Este facto remete-nos para a questão central da reconversão da sociologia urbana, como instrumento de compreensão de ‘relações sociais espacializadas’, em instrumento de produção do território.

O fenómeno que envolve a inicial consolidação da ‘Escola de Chicago’ é um interessante exemplo das relações entre o mundo Universitário (local, ou de forma mais precisa, *campo* de produção, mobilização e institucionalização de conhecimento científico) e uma elite urbana que constituía – utilizando a expressão de Topalov – uma verdadeira “Nebulosa Reformista” (Topalov, 1999) em torno dos problemas urbanos. Em 1923, a Fundação Rockefeller cedeu uma verba à Universidade de Chicago com o objetivo de “reorganizar de forma radical a investigação em ciências sociais na Universidade” (Topalov, 2008: 207). A partir desta verba, Robert E. Park e a sua equipa desenvolveram um conjunto de trabalhos – num contexto urbano palco de vários fenómenos associados ao forte fluxo imigratório – com uma vertente ligada à reforma urbana e ao trabalho social, dando menos ênfase às dimensões teóricas. Assim, a sociologia urbana (aquí sob os princípios da Ecologia Humana), concomitantemente com a sua estruturação enquanto disciplina – participou na reforma política do espaço urbano: através de um programa de trabalhos definido participou na determinação social dos ‘problemas urbanos’, bem como legitimou, construiu, reproduziu e naturalizou as configurações desse mesmo problema, através de um programa de pesquisa.

Um dos exemplos das consequências socialmente nefastas, associadas à mobilização política de dados científicos produzidos por investigadores associados intelectualmente à EC, encontra-se nos fundamentos teóricos sob os quais se ancorou a ação da Federal Housing Administration (FHA), relativamente aos empréstimos para alojamento. A adoção, por parte da FHA, do modelo de crescimento urbano (que se ancorava no *naturalismo* da configuração do território que a Ecologia Humana defendia) concebido pelo economista Homer Hyot (cf. Hyot, 1939), no âmbito de empréstimos para a habitação, levou à construção de um sistema onde o valor de habitação em cada espaço dependia, entre outros fatores, do *valor social do espaço*. A gestão urbana feita por referência a este tipo ‘julgamentos estereotipados’ e fundada numa ‘ilusão ecologista’, que colocava em relação direta as proximidades social e espacial¹⁷, institucionalizou a discriminação racial sobre o mercado de alojamento (Kuklick, 2004) e, como consequência, reproduziu as diferenças sociais, reduzindo-as a um efeito do crescimento *natural* da cidade.

¹⁷ Questão posteriormente refutada pela pesquisa levada a cabo por Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire (1970) no artigo ‘Proximité spatiale e distance sociale. Les grandes ensembles et leur peuplement’.

A sucessiva espiral de partilha de influências (cf. Chapoulie, 2001; Topalov, 2008) permitiu que se estabelecesse uma determinada concertação de interesses entre *campo político* e *campo científico* gerando-se, assim, um conjunto de medidas capazes de organizar a população no espaço, determinando-se, assim, a configuração social do território. Por sua vez, à sociologia foram dadas um conjunto de condições (económicas e políticas) que permitiram a estruturação de um alargado plano de investigação que ajudou à afirmação e à especialização da sociologia urbana; bem como levou a que os cientistas sociais participassem na *produção do território*, na medida em que os seus resultados permitiram levar a cabo um plano de intervenção social.

No Brasil, no final da década de 50 do século XX, encontramos um outro exemplo pertinente de referir, que mobiliza, num mesmo programa, ciência e reforma social, e que permite, simultaneamente, a fundamentação de uma luta política e uma verdadeira reconfiguração do campo académico das ciências sociais (Valladares, 2005). Trata-se da investigação encomendada à Sagmacs¹⁸, realizada sob a orientação do Louis-Joseph Lebret, que mais tarde daria origem à obra ‘Aspetos Humanos da Favela Carioca’¹⁹. Lebret, padre e fundador do movimento cristão ‘Économie et Humanisme’, estabeleceu-se no Rio de Janeiro sob a égide económica da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, para levar avante um trabalho de intervenção política, religiosa e administrativa nas favelas do Rio de Janeiro²⁰. Num contexto de miséria, analfabetismo e fome, Lebret, juntamente com a sua equipa (formada, também, por sociólogos), estudava os ‘aspetos humanos da favela’ e punha em prática princípios de Economia Humana e Ética Comunitária, com o objetivo de melhorar as condições de vida daqueles que viriam a ser determinados como os ‘favelados’. Ancorado na sua reconhecida competência, Lebret liderou uma equipa de investigação, financiada pela família Mesquita, proprietária do jornal *Estado de São Paulo* e fundadora da Universidade de São Paulo. É neste contexto, onde uma investigação no Rio de Janeiro é financiada por um grupo com claros interesses em São Paulo, que surgem as primeiras contradições, que nos remetem para uma reflexão em torno do cruzamento de interesses políticos e científicos. Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil nesta data, estava a ser alvo de ataques políticos por parte da União Democrática Nacional (partido de direita conservadora), por estar a promover a deslocalização do poder federal para a cidade de Brasília. Um estudo científico sobre as favelas permitia o jornal²¹ *Estado de São Paulo* obter um conjunto de argumentos²² contra a deslocalização do poder governativo do Rio de Janeiro; por outro lado, este mesmo estudo permitiria colocar em causa a

¹⁸ Sigla de ‘Sociedade de análises gráficas e mecanográficas aplicadas às ciências sociais’.

¹⁹ Sagmacs, “Aspetos Humanos da Favela Carioca”, *O Estado de São Paulo*, suplementos especiais de 13 e 15 de abril, 1960.

²⁰ Tal como salientam os investigadores no capítulo introdutório do estudo: “A tarefa que nos propusemos era conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção de vida, de si mesmo e da cidade em que habita” in Sagmacs, “Aspetos Humanos da Favela Carioca”, *Op. Cit.*, suplemento de 13 de abril.

²¹ Dada a publicação deste estudo num jornal diário, é importante não esquecer a possível eficácia mediática deste facto, na medida em que a disseminação das categorias de perceção sobre as favelas seria possivelmente mais rapidamente generalizada pela população leitora.

²² A busca dessa argumentação está implícita nos objetivos dos encomendantes: “Ao encomendar à Sagmacs uma pesquisa sobre as favelas do Rio, o “Estado” teve o objetivo de chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenómeno tão característico dos centros urbanos do Brasil, que se manifesta de forma mais evidente no Distrito Federal” in Sagmacs, “Aspetos Humanos da Favela Carioca”, *Op. Cit.*

supremacia turística que o Rio de Janeiro sempre teve, comparativamente ao caráter de espaço de industrial que tem São Paulo.

Se o trabalho realizado por Le Bret foi estruturante na luta política Brasileira da altura, também estruturou a visão da realidade ‘favela’ no mundo das ciências sociais. A partir deste momento, a ‘favela’ foi legitimada como objeto de estudo, por excelência, da pobreza, estatuto que levou os investigadores, através de estudos que perpetuavam o uso das dimensões sociais de análise da ‘favela’ utilizadas por Le Bret, a estabilizarem e a reproduzirem as representações sobre este *lugar* (Valladares, 2005:47), construindo uma verdadeira agenda de pesquisa científica em torno de um território estigmatizado, com a cumplicidade da própria ciência.

Podemos apontar aos cientistas sociais e às elites intelectuais académicas um forte papel na construção e na institucionalização de um conjunto de ‘problemas sociais’ e de palavras de conotação estigmatizante (*ghetto*, ‘quartier sensible’) associadas ao espaço urbano. Através da mediação feita pela política e pelos *medias*, o conhecimento científico sobre o território, mais do que esclarecer as lógicas que estão inerentes à sua construção, constrói-o e vulgariza-o. A mobilização política e mediática das categorias analíticas da obra *La galère* de F. Dubet (1987) ou a investida feita pela revista *Esprit* em relação à exclusão nos ‘quartiers’, a partir da organização e publicitação de encontros e trocas de ideias, são exemplos. Com isto, o *problema* das “banlieues” foi estabilizado com a cumplicidade das comunidades científicas: a ciência social ajudou a criar uma “categoria genérica” que justifica “a ideia de uma necessária territorialização de políticas públicas” (Tissot, 2005: 70).

É curioso constatar, através destes exemplos, que quando as elites dominantes recorrem ao trabalho científico em torno do território, os estudos levados a cabo se direcionam, especificamente, para espaços socialmente estigmatizados. Estes espaços que são marginalizados – seja social, política ou cientificamente - sob o fundamento de discursos associados à violência, à criminalidade ou à pobreza são alvo, por excelência, de um conjunto de políticas públicas reformistas. A ciência social, no seu estatuto de dominada, é mobilizada pela política para exercer dominação sobre certos territórios, imputando-lhe um conjunto de categorias de percepção e divisão. A sociologia é utilizada enquanto instrumento de regulação social (através de uma espécie de transfiguração da sua competência em discurso político), entrando, assim, na intrincada rede de produção social do território.²³

Apesar de a ciência reivindicar para si um estatuto de neutralidade axiológica, a subordinação aos interesses das elites dominantes dificulta atingir tal horizonte. Por exemplo, por volta dos anos 50 do século XX, em França, sob a necessidade de introduzir no discurso político uma vertente ‘social’, uma série de investigações em contexto urbano foram encomendadas pelo Estado aos sociólogos. Mas, contrariamente ao expectável por estes, e contra os cânones metodológicos e epistemológicos que visam a autonomia de pesquisa nas ciências sociais, as suas investigações seguem o objetivo imposto pelas entidades reguladoras estatais, e este objetivo “não é um qualquer; ele é

²³ Partilhamos, neste sentido, amplamente a opinião de Van Damme: “A cidade aparece como um lugar onde se estabelecem alianças, combinações, associações entre a esfera académica, esfera política e grande público, onde os interesses de uns reconfiguram as investigações de outros, e modificam em profundidade a agenda de investigação, mas, também, e de maneira mais dissimulada, a identidade da cidade” (Van Damme, 2005:9).

oriundo dum mandatário que detém o poder de financiamento e que tem a sua própria representação da sociedade e daquilo que espera das ciências sociais.” (Amiot, 1986: 52). Porém, as entidades de planificação e os sociólogos, apesar de “parceiros”, são, sem dúvida, “irmãos inimigos”, porque cada um deles “possui a sua própria representação da sociedade, que considera legítima e que deseja impor sobre a outra.” (Amiot, 1986: 88). Se a dominação é exercida no sentido da ciência e se esta, ainda que dificilmente, procura impor a sua visão, resta-lhe, ainda que de forma conflitual, utilizar os seus próprios instrumentos de forma a produzir conhecimento de acordo com os eixos analíticos, ou então, como defendia Chombart de Lauwe: “se o sociólogo se deve abster de dizer aquilo que pensa, pelo menos não se deve privar de ‘dizer o que dizem os outros e como vêm o seu futuro’.” (Amiot, 1986: 81).

Os exemplos apresentados são factos ilustrativos do passado em diferentes contextos, por isso não podemos, a partir deles, traçar uma linha histórica lógica e generalizável porque, decerto, variadas conexões entre política e sociologia no estudo do urbano e da cidade ocorreram. O que nos interessa, na verdade, é a partir daqui construir um conjunto de questões que permita pensar a suscetibilidade da sociologia, e das ciências sociais em geral, às determinações políticas das elites dirigentes, podendo, assim, melhor controlar as condições específicas de produção do conhecimento sobre o território.

Apesar de a sociologia poder manter, de forma mais ou menos precária, a utilização dos seus métodos e dos seus eixos de análise, num contexto de influência política, é o ‘encomendante’ que determina os horizontes/limites analíticos, através da imposição, mais ou menos direta, de um objeto de estudo. Neste contexto, o conhecimento obtido vai corresponder sempre a um produto politicamente personalizado, facto que nos remete para uma dependência efetiva entre a *qualidade* do conhecimento produzido pela sociologia e as *configurações* impostas pelas entidades políticas. Sob este facto, ‘que posição deverá tomar a ciência em relação às elites dominantes, que possuem o poder determinar e impor as dimensões bases do programa de investigação?’. A tentativa de afastamento (cf. Spenlehauer, 1999) de relações estreitas com a política será uma opção a considerar, na medida em que a ciência, ao reaver a capacidade de determinar o seu programa de análise, conseguirá melhor cumprir a sua valência de emancipação. Se esta atitude é a mais expectável de um ponto de vista epistemológico e social, não podemos esquecer dois pontos fundamentais. O primeiro tem a ver com facto de *não existir* uma ciência socialmente neutra, porque mesmo espoletando um conjunto de mecanismos de vigilância epistemológica, ela vai estabelecer sempre correspondência com as lógicas internas do *campo de produção científica* (interesses e pontos de vista interessados (re) produzidos por referência à *doxa* do *campo* num determinado momento) (Bourdieu, 1976). Em segundo lugar, apesar do carácter objetivo e potencialmente neutro axiologicamente, não podemos esquecer que o conhecimento científico é mais um dos possíveis meios a partir dos quais se constroem categorias de perceção sobre o território, até porque “a ciência não tem outro fundamento que não seja a crença coletiva nos seus fundamentos” (Bourdieu, 1976: 99).

Através dos instrumentos críticos que a própria sociologia concede é, então, possível levar a cabo uma crítica aos instrumentos que a sociologia dispõe e constroem. Pensar

a génese e a estruturação da sociologia urbana, ainda que de forma preliminar, permite refletir sobre o facto de a ciência social ser, também, um *fenómeno ideológico*, quer dizer, produto de um conjunto de interesses que se situam, quer no seu interior, quer noutras esferas da sociedade que, em dado momento, partilharam consigo, de forma mais ou menos evidente e direta, objetivos complementares. A partir daqui poder-se-á abrir um conjunto de questões que permitam, quer uma reflexão alargada e conjugada entre as consequências da *luta particularmente científica* e a estrutura teórico-metodológica do próprio conhecimento científico, quer, num sentido mais vasto, sobre a dimensão axiológica que recobre as relações entre política e ciências sociais.

Referências bibliográficas

- AGIER, Michel (1996), “Les savoirs urbains de l’anthropologie”, in *Enquête*, nº 4, 35-58.
– (1999), *L’invention de la ville. Banlieues, Townships, Invasions et Favelas*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines.
- AMIOT, Michel (1986), *Contre l’État les sociologues. Éléments pour une histoire de la sociologie urbaine em France (1900-1980)*, Paris, Éditions de l’EHESS.
- ATKINSON, Rowland & BRIDGE, Garty (2005), *Gentrification in a global context: the new urban colonization*, New York, Routledge.
- BACHELARD, Gaston (1966), *Le nouvel esprit scientifique*, Paris, F. Alcan.
- BAUDOUI, Rémy [et al.] (1990), “Écrire une histoire contemporaine de l’urbain”, in *Vingtième siècle, revue d’histoire*, nº 27, 97-105.
- BEAUD, Stéphane & PIALOUX, Michel (2003), *Violences urbaines, violence sociale*, Paris, Fayard.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine [et al.] (2003), *Retours en ville: des processus de “gentrification” urbaine aux politiques de “revitalisation” des centres*, Paris, Descartes.
- BLOCH, Marc (1983), “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, in *Mélanges Historiques*, Paris, Éditions Serge Fleury e Éditions de l’EHESS, pp. 35-43.
- BOURDIEU, Pierre (1976), “Le champ scientifique”, in *Actes de la Recherche in Sciences Sociales*, Vol. 2, nº 2-3, junho, 88-104.
– (1989), “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, in Pierre Bourdieu, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 107-132.
– (1993), “Effets de lieu”, in Pierre Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, pp. 250-252.
– (2002), “Science, politique et sciences sociales”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 1/2, nº 141-142, 9-12.
– (2004), *Para uma Sociologia da ciência*, Lisboa, Edições 70.
- BOURGOIS, Phillippe (2001), *En quête de respect: le crack à New York*, Paris, Éditions du Seuil.
- CASTELLS, Manuel (1972), *La question Urbaine*, Paris, Maspero.
- CASTELLS, Manuel [et al.] (1974), *Sociologie des mouvements sociaux urbains*, Paris, Éditions de l’EHESS.
- CASTELLS, Manuel & GODARD, Francis (1974), *Monopolville: l’entreprise, l’État, l’urbain*, Paris, Mouton.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine (1970), “Proximité spatiale e distance sociale. Les grandes ensembles et leur peuplement”, in *Revue Française de Sociologie*, nº 11, 3-33.

CHAPOULIE, Jean-Michel (2001), *La tradition sociologique de Chicago. 1892-1961*, Paris, Éditions du Seuil.

CORDEIRO, Graça (2003), “A Antropologia Urbana entre a tradição e a prática”, in G. Cordeiro, L. Baptista e A. F. da Costa, *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 3-31.

DAZAVIES, Laurent (2000), “La ville des économistes”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 71-83.

DEPAULE, Jean-Charles (1996), “L'auto-désignation comme anthropologue”, in Sylvia Ostrowestsky (org.), *Sociologues en ville*, Paris, Éditions L'Harmattan, pp. 45-64.

DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian (1996), “La ville à travers ses mots”, in *Enquête*, n° 4, 1-14.

DUBET, François (1987), *La galère: jeunes en survie*, Paris, Fayard.

DURKHEIM, Émile (1960), *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*, Paris, Presses Universitaires de France.

DYOS, Harold (1973), *The victorian city: images and realities*, London, Routledge and K. Paul.

ENGELS, Friedrich (2010), *The condition of the working class in 1894*, Cambridge, Cambridge University Press.

FABIANI, Jean-Louis (2006), “À quoi sert la notion de discipline”, in J. Boutier, J.-C. Passeron e J. Revel, *Qu'est-ce qu'une discipline?*, Paris, Éditions de l'EHESS, pp. 7-30.

FIJALKOW, Yankel (2007), *Sociologie des Villes*, Paris, La Découverte.

GODARD, Francis (2000), “La ville: recherches transversales”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte.

GRAFMEYER, Yves (1994), *Sociologie Urbaine*, Paris, PUF.

– (2006), “Le quartier des sociologues”, in Jean-Yves Authier [et al.], *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques e pratiques sociales*, Paris, La Découverte, pp. 21-31.

GUERRA, Paula (2003), “A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para a abordagem de um objecto de estudo complexo”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 1, n° 13, 69-122.

HALBWACHS, Maurice (1909), *Les expropriations et les prix des terrains à Paris (1860-1900)*, Paris, E. Cornély.

HARVEY, David (2006), *Spaces of global capitalism*, New York, Verso.

HYOT, Homer (1939), *The Structure and Growth of Residential Areas in American Cities*, Washington DC, Federal Housing Administration.

INSTITUT DE SOCIOLOGIE URBAINE – PARIS (1968), “Propositions de recherches sur la vie urbaine”, in *Revue Française de Sociologie*, n° 9, 151-166.

KOKOREFF, Michel (2000), *La force des quartiers: de la délinquance à l'engagement politique*, Paris, Payot.

KUKLICK, Henrika (2004), “L'école de Chicago et la politique de planification urbaine. La théorie sociologique comme idéologie professionnelle”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L'école de Chicago*, pp. 333-367.

LA PRADELLE, Michèle de (2000), “La ville des anthropologues”, in Michel Lussault, *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 45-52.

LE BRÂS, Hervé (2000), “La ville des démographes”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l'urbain: l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 62-70.

LEPETIT, Bernard & PUMAIN, Denise (1999), *Temporalités urbaines*, Paris, Ed. Economica.

LÉVY, Jacques (1994), *L'espace legitime: sur la dimension géographique de la fonction*

politique, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

LUSSAULT, Michel (2000), “La ville des géographes”, in Michel Lussault [et al.], *La ville et l’urbain: l’état des savoirs*, Paris, la Découverte.

MARIÉ, Michel (1996), “L’anthropologue et ses territoires. Qu’est-ce qu’un territoire aujourd’hui”, in *Espaces et sociétés*, n° 119, 179-198.

MASCLÉ, Olivier (2003), *La gauche et les cites: enquête sur un rendez-vous manqué*, Paris, La Dispute.

PARK, Robert (2004 [1929]), “La ville comme laboratoire social”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L’École de Chicago*, Paris, Flammarion, pp. 167-183.

PARK, Robert; BURGESS, Ernest & MCKENZIE, Roderick (orgs.) (1984), *The City*, Chicago, University of Chicago Press.

PERRY, Beth & HARDING, Alan (2002), “The future of urban sociology : report of joint sessions of the British and American Sociological Associations”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, n° 4, 844-853.

PHILIFERT, Pascal (2006), “Quand la politique parle du quartier...”, in Jean-Yves Authier [et al.], *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*, Paris, La Découverte, pp. 86-97.

PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique (2000), “La ville des sociologues”, in Michel Lussault, *La ville et l’urbain: l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 53-61.

PINOL, Jean-Luc (2000), “La ville des historiens”, in Michel Lussault, *La ville et l’urbain: l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 36-43.

REISSMAN, L. (1994), *The Urban Process*, New York, Free Press of Glencoe.

RÉMY, Jean & VOYÉ, Liliana (2004), *Cidade: Rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento.

RONCAYOLO, Marcel (2005), *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard.

SASSEN, Saskia (1996), *Cities in a world economy*, California, Pine Forge Press.

SLATER, Tom (2006), “The Eviction of Critical Perspectives from Gentrification Research”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 30.4, 737-757.

SMITH, Neil (1996), *The urban frontier: gentrification and the revanchist city*, London, Routledge.

SPENLEHAUER, Vincent (1999), “Intelligence gouvernementale et sciences sociales”, in *Politix*, vol. 12, n° 48, 95-128.

THERNSTROM, Stephan (1969), *Nineteenth-century cities: essays in the new urban history*, New Haven, Yale University Press.

TISSOT, Sylvie (2005), “Les sociologies et la banlieue: construction savant du problème des ‘quartiers sensibles’”, in *Genèses*, 60, 57-75.

TOPALOV, Christian (2005), “Sociologie Urbaine”, in Massimo Borlandi [et al.] (dir.), *Dictionnaire de la pensée sociologique*, Paris, PUF, pp. 719-723.

– (2008a), “La ville, catégorie de l’action. Études Réunies et présentées par Christian Topalov – Présentation”, in *L’Année Sociologique*, vol. 1, n° 58, 2-6.

– (2008b), “Sociologie d’un étiquetage scientifique. Urban Sociology (Chicago, 1925)”, in *L’Année Sociologique*, vol. 58, n° 1, 203-234.

TOPALOV, Christian (dir.) (1999), *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*, Paris, Éditions de l’EHESS.

– (2002), *Les divisions de la ville*, Paris, Éd. UNESCO, Éd. de la Maison des Sciences de l’Homme.

TOPALOV, Christian & LEPETIT, Bernard (dir.) (2001), *La ville des sciences sociales*, Paris, Belin.

VALLADARES, Licia (2005), “Louis-Joseph Lebre et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959): enquêter pour l’action.”, in *Genèses*, n° 60, 31-56.

VAN DAMME, Stéphane (2005), “Les sciences humaines à l’épreuve de la ville: les enjeux d’une archéologie des savoirs urbains (XVIIe-XXe siècles)”, in *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 12, 3-15.

VELHO, Gilberto (2009), “Antropologia Urbana. Encontro de tradições e novas perspectivas”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 59, 11-18.

VENKATESH, Sudhir (2000), *American Project. The rise and the fall of the Modern ghetto*, Harvard, Harvard University Press.

WACQUANT, Loïc (2006), *Parias urbains: ghetto, banlieues, État*, Paris, La Découverte.

WARDE, Alan & SAVAGE, Mike (1993), *Sociologia urbana, capitalismo e modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

WEBER, Max (1966), *The city*, Illinois, Free Press.

WIRTH, Louis (2004 [1938]), “Le phénomène urbain comme mode de vie”, in Isaac Joseph e Yves Grafmeyer, *L’École de Chicago*, Paris, Flammarion, pp. 255-281.

ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN

About the production of the territory. Urban sociology and power relations on territorial structuration as a political and scientific representation

From a reflection about some data that outline the *social conditions of urban sociology production*, we attempt to illustrate how this area of knowledge is associated with the construction and generalization of political and scientific (di)visions of territory. By one hand we find the *field of social sciences* where different disciplines fight for a point of view determination and autonomy about urban territory. On the other hand, we find a network of complicity between the *political power field* and the *field of social sciences*, represented by sociology, where the first one try to impose an accurate social (di)vision of the territory, whereas the second one try to stabilize the disciplinary practice as a legitimate procedure. In both fields we find a quest for the imposition of a truth (scientific and political) on the territory, from which conceals the arbitrariness of the boundaries that limit the territory as an element of political and scientific interest.

Keywords: Urban sociology; Territory; Scientific field; Political field.

À propôs de la production du territoire. Sociologie urbaine et rapports du pouvoir dans la structuration du territoire comme représentation politique et scientifique

À partir d’une réflexion sur quelques données qui se concernent à les *conditions sociales de production* de la discipline sociologie urbaine, on essaiera d’illustrer la façon sur laquelle cette domaine de la connaissance est associée à la construction et la généralisation de (di)visions – à la fois, politiques et scientifiques – sur le territoire. D’un côté on trouve le *champ des sciences sociales* où plusieurs disciplines combattent pour la détermination et l’autonomisation d’un point de vue sur le territoire urbaine. D’autre côté, on trouve un réseau de complicités entre le *champ du pouvoir politique* et le *champ des sciences sociales*, représenté pour la sociologie, où le premier cherche à imposer une vraie (di)vision social du territoire et le deuxième stabilise sa pratique en tant qu’une procédure disciplinaire légitime. Dans ces deux cas, on trouve une tentative d’imposition d’une vérité (scientifique et politique)

sur le territoire, à partir de laquelle se dissimule le caractère arbitraire des frontières qui limitent le territoire comme un élément d'intérêt politique et scientifique.

Mots-clés: Sociologie urbaine; Territoire; Champ scientifique; Champ politique.

A propósito de la producción del territorio. La sociología urbana y las relaciones de poder en la estructuración del territorio como representación política y científica

A partir de una reflexión en torno a algunos datos que esbozan las condiciones sociales de producción de la disciplina sociología urbana, se busca ilustrar como es que esta área de conocimiento se asocia a la construcción y generalización de (di)visiones – políticas y científicas - sobre el territorio. De un lado encontramos el campo de las ciencias sociales donde varias disciplinas combaten por la determinación y autonomización de un punto de vista científico sobre el territorio urbano. De otro lado encontramos una red de complicidades entre el campo del poder político y el campo de las ciencias sociales representado por la sociología, donde el primero busca imponer una verdadera (di)visión social sobre el territorio y el segundo sedimenta su práctica mientras procedimiento disciplinar legítimo. En ambos campos encontramos una búsqueda por la imposición de una verdad (científica y política) sobre el territorio, a partir de la cual se disimula la arbitrariedad de las fronteras que lo limitan mientras elemento de interés político y científico.

Palabras-clave: Sociología urbana; Territorio; Campo científico; Campo político.